

---

# APRESENTAÇÃO

Tudo o que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola, e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão, também. Tudo o que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós que é o de assumir esse país democraticamente.

Paulo Freire

Ao publicar a 2ª Edição da Revista *Com Censo*, contempla-se no acompanhar dos seus artigos o desafio da gestão escolar nas escolas públicas do Distrito Federal, sob ênfase em suas áreas e dimensões com vistas a garantir o direito à educação de qualidade social para as crianças, jovens e idosos matriculados nas unidades escolares públicas do Distrito Federal.

A gestão escolar constitui-se uma estratégia para promover a organização, a mobilização e a articulação de todos os recursos materiais, humanos e culturais da escola. Esses insumos são necessários para se garantir um ambiente educacional autônomo e participativo que exerça o compartilhamento das decisões, visando a obtenção dos resultados, além do acompanhamento e da avaliação orientados para a promoção efetiva da aprendizagem dos estudantes. Como tal, a gestão escolar envolve áreas e dimensões que, em conjunto, tornam possível a realização desses objetivos.

Considerando os estudos de Heloisa Luck, há duas áreas de atuação da gestão escolar: a organização e a implementação. As dimensões

de organização dizem respeito àquelas que tenham como objetivo a preparação, a ordenação, a provisão de recursos, a sistematização e retroalimentação do trabalho a ser realizado. Essas dimensões dividem-se em: fundamentação e princípios de educação e da gestão educacional; planejamento e organização do trabalho escolar; e acompanhamento de processos e avaliação de resultados educacionais voltadas para a promoção da aprendizagem dos estudantes.

As dimensões de implementação são aquelas desenvolvidas com a finalidade de promover mudanças e transformações no contexto escolar mais diretamente vinculadas à produção de resultados: da gestão democrática e participativa; da gestão de pessoas; da gestão pedagógica; da gestão administrativa; da gestão da cultura escolar e da gestão do cotidiano escolar. A aplicação dessas dimensões deve ser entendida como um processo dinâmico e interativo com o objetivo de envolver toda a comunidade na promoção da aprendizagem e na formação dos estudantes com qualidade social.

---

É nesse sentido que, a partir de 2012, as escolas públicas do Distrito Federal passaram a vivenciar a implementação da Lei Nº 4.751, de 7 de fevereiro de 2012, que dispõe sobre a Gestão Democrática no sistema de ensino público do Distrito Federal, cujos princípios são: participação da comunidade escolar; respeito à pluralidade, à diversidade, ao caráter laico da escola pública e aos direitos humanos; autonomia; transparência da gestão em todos os níveis nos aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros; garantia de qualidade social; democratização das relações pedagógicas e de trabalho; e valorização do profissional da educação.

Esta edição visa refletir sobre o desafio da gestão escolar nas escolas públicas do Distrito Federal, e se organiza em partes compostas por: dados informativos, reflexão, entrevista, relato de experiência, artigos e resenha, precedida de um editorial e desta apresentação, que procura situar o debate e as formas recentes encontradas pelos autores para abordagem das temáticas.

Em relação aos dados informativos, a Revista traz tabelas que apresentam os números consolidados, do Censo Escolar da Educação Básica 2014, referentes ao total de unidades escolares, às dependências administrativas, ao número de professores, ao total de matrículas, à evolução da matrícula por etapa e modalidade nos últimos três anos, às taxas de rendimento escolar da rede pública, aos números de concluintes, aos dados populacionais de crianças de 0 a 17 anos, às taxas de escolarização bruta e líquida preparados pela Gerência de Estudo, Tratamento das Informações e Estatísticas Educacionais - GETIEED/COINFE/SUPLAV. Esses dados foram elaborados com objetivo de retratar a realidade do sistema de ensino público do Distrito Federal, com prioridade para organização do planejamento do sistema educacional, com vista à melhoria nas condições da educação do DF.

Na parte que trata de reflexão, temos o ensaio que versa sobre a **Construção do Projeto Político Pedagógico**, de Gilcéia Leite dos Santos Fontenele, professora de atividades da SEEDF que atua como Coordenadora Pedagógica da Escola Classe 03 do Núcleo Bandeirante e é especialista em Administração da Educação e em Coordenação Pedagógica. Nesse texto, a autora considera o Projeto Político Pedagógico - PPP como um instrumento teórico-metodológico que organiza a ação educacional do cotidiano escolar, de forma refletida e sistematizada, e que exige um esforço conjunto e a vontade política do coletivo escolar.

Na entrevista, realizada com José Francisco Soares, Presidente do Instituto Nacional de Pesquisas Anísio Teixeira – INEP, mestre e doutor em Estatística e pós-doutor em Educação, se discute temas como gestão democrática, a qualidade do aprendizado nas escolas públicas brasileiras e o uso dos indicadores educacionais produzidos pelo INEP. Ele defende a gestão escolar baseada em três dimensões: a pedagógica, a de recursos humanos e a de liderança, sendo a articulação entre elas uma estratégia que colabora para o aprendizado efetivo e significativo dos estudantes, de modo que possam desenvolver em seus cotidianos escolares as competências e habilidades que a sociedade demanda.

Na seção que apresenta o relato de experiência, temos o texto **Trabalho e Amor** de Lucimar Pinheiro da Silva Sampaio - professora de Língua Portuguesa da SEEDF e mestre em Educação - que relata a construção coletiva como uma estratégia utilizada pelo CEF 01 do Núcleo Bandeirante, no biênio 2012/2013, para promoção da efetiva aprendizagem dos estudantes da escola.

---

Esta edição traz ainda seis artigos. No primeiro artigo, *Lei de Gestão Democrática nº 4.751/2012 e os Desafios do Conselho Escolar*, de Lidiana Rodrigues Santana - técnica em Gestão Escolar no CIL 01 de Brasília e Especialista em Gestão Escolar - é apresentado um histórico da gênese dos conselhos escolares. Nesse texto, a autora destaca um processo histórico contínuo permeado por lutas e discussões que objetivam a conquista da educação pública de qualidade.

No artigo seguinte, *Eleição Democrática na Rede Pública do Distrito Federal: reflexos na Qualidade da Gestão*, de Jovandir Botelho de Andrade - professor da SEEDF, diretor do CED 01 do Cruzeiro e mestrando em Ciências da Educação pela Universidade del Paraguay - é discutida uma pesquisa realizada em quatro escolas da Região Administrativa do Cruzeiro. Nessa empreitada, observa-se que as mencionadas escolas atingem, em maior ou menor grau, os seguintes indicadores: constituição dos conselhos escolares, elaboração coletiva do PPP, aplicação de recursos e boa avaliação no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB.

No outro artigo, *Escolas Bem-Sucedidas: como são?*, Rafaela Nunes Marques - professora da Escola Classe 104 de São Sebastião e mestre em Educação - revela o resultado da investigação sobre duas escolas públicas de ensino fundamental anos finais do Distrito Federal que se destacaram pelas altas notas do IDEB. Os resultados dessa pesquisa apontam para os professores e os gestores como responsáveis pela eficácia escolar apresentada pelas unidades em voga.

Na pesquisa *Uma Visão Panorâmica do Sucesso Escolar em Escolas de Tempo Integral: Um olhar sobre os fatores Extra e Intraescolares*, Fernanda Marsaro Santos - professora da SEEDF, assessora da Diretoria Executiva da Fundação

Universidade Aberta do Distrito Federal - FUNAB e doutora em Educação - e Ana Paula de Oliveira Aguiar - assessora especial da Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal - FUNAB e especialista em Gestão Escolar - apresentam o sucesso escolar em escolas de tempo integral a partir de fatores extra e intraescolares que impactam no ambiente escolar, tais como: currículo, democratização da gestão, instalação física, tamanho das classes, corpo docente, diversificação de gêneros, manutenção do clima escolar, estudo da natureza do seu público e aceitação das diferenças sociais.

O estudo *O Cineclube e a Educação Emancipatória*, de Míriam Silvestre Limeira, que é professora de História da SEEDF, vice-diretora do CEF do Bosque de São Sebastião, mestre em História pela UnB e especialista em Gestão Escolar pela Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação (CEFOM - UnB), aponta a utilização do cinema como opção metodológica para uma educação emancipadora, sendo considerada uma possibilidade de promoção da inclusão da comunidade no ambiente escolar. Nesse trabalho, a autora expõe o cinema como importante instrumento educacional integrante de uma formação voltada para a cidadania e para o protagonismo do estudante.

Na pesquisa intitulada *Promovendo Aprendizagens: a Avaliação Formativa no Cotidiano da Escola de Anos Finais*, de Simone Moura Gonçalves de Lima - professora de História da SEEDF, especialista em Ensino de História e em Coordenação Pedagógica pela UnB e mestranda em Educação pela UnB -, discute-se as especificidades da organização pedagógica da escola de anos finais, os desafios e as possibilidades de concretização das práticas avaliativas na perspectiva formativa. Nesse trabalho, a autora defende o espaço/tempo da coordenação pedagógica como capaz de promover a avaliação for-

---

mativa, utilizando a construção coletiva como uma estratégia para refletir sobre os avanços e as fragilidades pedagógicas da escola, sempre visando o objetivo de garantir a aprendizagem dos estudantes.

Na parte destinada à resenha, Valdoir Pedro Wathier - professor da SEEDF, especialista em Financiamento e Execução de Programas e Projetos Educacionais do FNDE e mestre em Educação pela UCB - apresenta o Guia Prático da Política Educacional no Brasil: ações, planos, programas e impactos de Pablo Silva Machado Bispo dos Santos. Na opinião de Valdoir, é imprescindível que haja coalisões prévias às definições de políticas, sejam em âmbito nacional ou local.

Nesta segunda edição da Revista *Com Censo*, espera-se contribuir para a compreensão do direito à educação de qualidade para todos, por meio da análise das diversas dimensões da gestão escolar e das suas estratégias de implantação nas escolas públicas do DF. Para isso, são utilizados os mecanismos de gestão apresentados na Lei Nº 4.751/2012 – Lei de Gestão Democrática do Distrito Federal –, que orientam a comunidade escolar a construir coletivamente os objetivos, as soluções dos problemas, as decisões, a implementação, o acompanhamento e a avaliação das metas do Plano de Ação e do PPP, priorizando a efetiva aprendizagem dos estudantes, com foco na qualidade social.

Fábio Pereira de Sousa

*Subsecretário da Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação Educacional da SEEDF*